



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



econômico do ativo intangível ou na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas.

Os gastos com estudos e pesquisas são considerados como despesas operacionais até que se tenha a comprovação efetiva de sua viabilidade econômica e tecnológica. Caso os custos sejam identificáveis, controláveis e geradores de benefícios futuros, os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projetos e testes de produtos novos aperfeiçoados) serão reconhecidos como ativos intangíveis, até que fiquem em condições operacionais.

3.11. Direitos e obrigações de curto e longo prazo

As contas do passivo circulante e do passivo não circulante são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando cabível, dos encargos e variações monetárias, incorridas até a data do balanço.

Estão registradas no realizável a longo prazo e no passivo não circulante as parcelas dos direitos e obrigações para os quais não há perspectivas de realização ou desembolso até o encerramento do exercício seguinte.

As obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados a valor presente, sendo as demais ajustadas quando houver efeito relevante.

3.12. Provisões para contingências

As provisões para contingências trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações judiciais ou processos administrativos em andamento, avaliados pelos consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

3.13. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções recebidas pela Companhia são destinadas a despesas de pessoal, custeio e investimentos. Em se tratando de item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando destinada a investimento (ativo), o benefício é reconhecido como receita diferida, classificada em conta redutora do ativo e reconhecida na demonstração do resultado do exercício com base no saldo acumulado dessas subvenções, à medida que as despesas de depreciação do respectivo ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

3.14. Uso de estimativas

As demonstrações financeiras incluem a utilização de estimativas que levaram em consideração avaliações e julgamentos da Administração, experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas são:

- a) análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- b) determinação da provisão para perdas em estoque;
- c) revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações;
- d) mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- e) compromissos com plano de benefícios de colaboradores; e
- f) provisões para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas são revisadas periodicamente.

3.15. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 mil no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

3.16. Operações Continuadas e Descontinuadas

A separação e divulgação das operações em continuadas e descontinuadas na Demonstração do Resultado do Exercício, conforme estabelecido por meio do CPC 26 R1, será indicada no período em que ocorrer. Nos períodos em que não houver menção às operações descontinuadas a totalidade do resultado apresentado será oriunda de operações normais da empresa.

3.17. Resultado por ação

Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico e diluído por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

3.18. Conciliação dos saldos societários com os saldos do SIAFI

Em cumprimento ao art. 18 da Lei n.º 10.180/2001 e ao acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU nº 2.016/2006 - D.O.U. de 06/11/2006, que trata da conciliação das demonstrações financeiras elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/1976 em comparação às geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, de acordo com os critérios estabelecidos na Lei n.º 4.320/1964.

3.19. Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovados pela Deliberação CVM 557/2008, Resolução CFC nº 1.138/08, NBC TG 09 e é apresentada como informação adicional.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	49	53
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Recursos Próprios (a)	466	476
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Recursos do Tesouro (b)	1.927	6.178
Aplicações Financeiras - FAPM - Banco do Brasil S.A. (c)	20.730	19.139
Aplicações Financeiras no País - Banco do Brasil S.A. (d)	777.286	608.728
Total	800.458	634.569

(a) A conta limite de saque com vinculação de pagamento - Recursos próprios são centralizados pelo Tesouro Nacional, a qual a Companhia está vinculada como usuária do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) desde 1º de janeiro de 1999, sendo movimentada com recursos próprios da Companhia.

(b) A conta limite de saque com vinculação de pagamentos - Recursos do Tesouro refere-se exclusivamente aos recursos provenientes do Tesouro Nacional.

(c) O saldo de aplicações financeiras no país refere-se aos recursos próprios, aplicados por intermédio de instituições integrantes do Banco do Brasil S.A., de acordo com o Decreto Lei 1.290, de 31/12/1973 e Resolução BACEN n.º 4.034, de 30/11/11, no Fundo BB Extramercado, Fundo de Investimento Renda Fixa. A taxa de rendimento bruto acumulada para os doze meses de 2020 foi de 3,82% (6,81% em 2019).

(d) O saldo de Aplicações Financeiras no País do Fundo de Apoio ao Plano Médico – FAPM corresponde aos recursos constituídos com o pré-pagamento efetuado pelos empregados para cobertura da parcela de 10% ou 30% das despesas médicas de grande risco do plano médico assistencial da Companhia, em contrapartida ao registro de obrigações em conta do grupo Outras contas a pagar.

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2020	31/12/2019
Titulos a Receber de Clientes	194.329	123.178
FCN	1.353	6.043
UDC	673	673
URA	548	548
UDB	118	243
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.556)	(2.556)
Total	194.465	128.129

O saldo de Contas a Receber de Clientes das unidades industriais, Fábrica de Combustível Nucleares – FCN e Unidade de Concentrado de Urânio – URA, referem-se ao faturamento dos contratos de Fabricação de Elementos Combustíveis, Enriquecimento, Conversão, Concentrado de Urânio (U3O8), Gerenciamento e Serviço de Engenharia, firmados com a Eletronuclear para as recargas das Usinas de Angra 1 e 2 e as vendas de Zircônita, Ilmenita, Monazita e Rutilo da Unidade em Descomissionamento de Buena – UDB, em São Francisco de Itabapoana/RJ.

A conta de Títulos a Receber de Clientes refere-se aos eventos contratuais de execução de fornecimentos para as recargas das usinas de Angra 1, 2 e 3 para a Eletronuclear e estão relacionados com as obrigações com clientes.

O aumento de Contas a receber de clientes decorre principalmente pela emissão de Titulos a receber de clientes da 17ª Recarga de Angra II.

6. Estoques

Descrição	FCN	UDC	UDB	URA	31/12/2020	31/12/2019
Importações em Andamento para Estoque	262.176	-	-	-	262.176	41.200
Matérias Primas	160.142	120	-	-	160.262	223.323
Produtos Acabados	141.270	-	41	5.071	146.382	73.009
Produtos em Processo	140.862	-	-	20.522	161.384	201.883
Subprodutos	23.475	-	-	-	23.475	23.371
Materiais de Uso e Consumo	11.744	1.145	746	4.018	17.653	17.389
Material em Poder de Terceiros	3.873	-	-	-	3.873	3.885
Produtos Intermediários	1.881	24	95	1.385	3.385	3.301
Custos de Serviços Prestados a Faturar	-	-	-	-	-	656
Estoque de Terceiros em Poder da Empresa	301.827	-	-	-	301.827	119.790
(-) Estoque de Terceiros em Poder da Empresa	(301.827)	-	-	-	(301.827)	(119.790)
Total	745.423	1.289	882	30.996	778.590	588.017

Os saldos de produtos acabados representam os estoques disponíveis para venda/entrega aos clientes. Caetité (URA): Concentrado de Urânio (U3O8); Resende (FCN): Elemento Combustível e Buena (UDB): Monazita, Rutílio, Ilmenita e Zircônita. O saldo na FCN é decorrente do Urânio Enriquecido, dos Componentes da 26ª Recarga de Angra I e 17ª Recarga de Angra II e Componentes KNF.

Os saldos de subprodutos correspondem aos produtos oriundos do processo produtivo e reutilizados no mesmo, e que não são os produtos principais da Companhia. FCN II – Reconversão: Pó de U3O8 e Pó e Pastilha de UO2 em teores naturais; FCN II – Enriquecimento: UF6 empobrecido para recomposição isotópica.

Produtos em processo compreendem o saldo dos itens de estoque intermediário e os custos da produção em andamento na Fábrica de Caetité (URA): Concentrado de Urânio em processo de beneficiamento, desde a pilha de lixiviação (AA-140) até a planta química (AA-160); FCN – Reconversão: UF6 Enriquecido e de Pó e Pastilha de UO2; FCN – Enriquecimento: UF6 Enriquecido em processo e (FCN) - Usinagem e Montagem: Componentes do Elemento Combustível produzidos internamente, em processo de montagem/usinagem.

10. Imobilizado

	Taxas de Depreciação		Saldo 31/12/2019	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo 31/12/2020
Terrenos		Custo	18.650	-	-	-	18.650
Edificações industriais	3,33%	Custo	191.294	-	-	(151)	191.143
		Depreciação	(56.254)	(5.903)	-	-	(62.157)
Edificações	2,50%	Custo	23.047	67	-	(6)	23.108
		Depreciação	(12.845)	(345)	-	-	(13.190)
Instalações industriais	3,33%	Custo	64.288	-	-	(8.253)	56.035
		Depreciação	(12.621)	(1.740)	-	(185)	(14.546)
Instalações	2,50%	Custo	7.464	-	-	-	7.464
		Depreciação	(2.203)	(168)	-	-	(2.371)
Equipamento industrial e serviços	6,67%	Custo	238.368	967	(19.306)	(866)	219.163
		Depreciação	(148.366)	(12.287)	13.533	188	(146.932)
Equipamento industrial específico	5,00%	Custo	250.305	1.975	(811)	55.998	307.467
		Depreciação	(72.801)	(14.734)	517	-	(87.018)
Equipamento de laboratório específico	10,00%	Custo	37.439	914	(1.915)	877	37.315
		Depreciação	(26.432)	(1.912)	1.680	(3)	(26.667)
Equipamento de proteção específico	20,00%	Custo	7.151	271	(33)	-	7.389
		Depreciação	(6.611)	(161)	33	-	(6.739)
Móveis e utensílios	10,00%	Custo	14.018	498	(3.014)	(301)	11.201
		Depreciação	(12.349)	(376)	2.916	-	(9.809)
Bens de informática	33,33%	Custo	11.972	14	(2.798)	143	9.331
		Depreciação	(8.624)	(1.392)	2.779	-	(7.237)
Bens de informática - Infraestrutura	20,00%	Custo	5.975	-	(58)	-	5.917
		Depreciação	(5.918)	(36)	58	-	(5.896)
Veículos	20,00%	Custo	7.671	-	-	-	7.671
		Depreciação	(7.623)	(32)	-	-	(7.655)
Veículos especiais	6,67%	Custo	6.261	-	-	-	6.261
		Depreciação	(4.643)	(260)	-	-	(4.903)
Imobilizações em curso	-	Custo	185.564	18.681	(744)	(47.441)	156.060
Total de Custo			1.069.468	23.387	(28.679)	-	1.064.175
Total de Depreciação			(377.290)	(39.346)	21.516	-	(395.120)
Saldo Líquido			692.178	(15.959)	(7.163)	-	669.055

Quanto aos testes de recuperabilidade, a empresa de consultoria contratada, em seu laudo técnico definiu que, em função das atividades da INB se tratarem de assunto estratégico do Governo Brasileiro, não caberiam ajustes por *impairment*, portanto, não foi reconhecida nenhuma perda nos resultados dos períodos.

Os produtos intermediários correspondem ao saldo em estoque de itens de ferramentaria, gases e embalagens a serem consumidos no processo produtivo.

O estoque de matéria prima é composto na FCN I – Montagem: Saldo de Varetas de Gadolínio; FCN II – Enriquecimento: Saldo de UF6 Natural para enriquecimento; Caldas (UDC): Saldo de Minério de Urânio residual na Unidade.

Os valores de materiais de uso e consumo destinam-se às atividades administrativas das unidades.

Custos de serviços prestados a faturar acumulados na prestação de serviços, a serem faturados – (FCN): prestação de serviços de engenharia de apoio em atividades de manuseio de elementos combustíveis e complementos do núcleo, novos e irradiados (Serviços em Reator).

O saldo de importações em andamento compreende custos e despesas de importação de matéria prima e outros materiais de estoque, aguardando o desembaraço/nacionalização: FCN – Componentes: 17ª Recarga Angra II, entre outros.

Material em poder de terceiros compreende principalmente o saldo do urânio no valor de R\$ 3.873 mil referente ao material recebido da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, conforme Termo de Transferência de Urânio, de 23 de novembro de 2006, mantido nas instalações do Instituto de Pesquisas Nucleares e Energéticas – IPEN, aguardando as licenças necessárias à remessa para beneficiamento no exterior.

Estoque de Terceiros em Poder da Empresa compreende o saldo dos 45 Elementos Combustíveis produzidos para fornecimento da 1ª Região do Núcleo de Angra III – Contrato GAC.T/CT011-10, no valor de R\$ 78.118 mil, 34 Elementos Combustíveis da 26ª Recarga de Angra I faturados para entrega futura, no valor de R\$ 223.701 mil e R\$ 8 mil referentes a outros contratos. Os registros estão em consonância ao estabelecido no CPC - Comitê de Pronunciamento Contábil de nº 47 que trata de receita de contrato com cliente, estabelecendo uma série de normas sobre o reconhecimento de receitas, principalmente sobre o momento de reconhecimento e nas cláusulas 8.12, 10.1 e 10.5 do contrato GAC.T/CT-041/10.

7. Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ - Saldo Negativo	2.442	2.211
ICMS a Recuperar	1.495	5.293
ICMS sobre Aquisição de Ativo Imobilizado a Recuperar	1.876	1.965
CSLL - Saldo Negativo	1.551	590
IPI a Recuperar	368	104
INSS a Recuperar	296	259
PIS/PASEP a Recuperar	-	2.749
COFINS a Recuperar	-	12.610
COFINS - Retida na Fonte	-	6.383
PIS/PASEP - Retido na Fonte	-	1.383
Outros Impostos e Contribuições a Recuperar	7.697	7.349
Total	15.725	40.896

Parcela no ativo circulante 4.944 31.175

Parcela no ativo não circulante 10.781 9.721

Os valores do Imposto de Renda - IRPJ e da Contribuição Social - CSLL são créditos tributários acumulados (saldo negativo), corrigidos monetariamente, mensalmente, pela Taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). O saldo negativo de IRPJ e CSLL se verifica quando, ao final do ano-calendário, a pessoa jurídica, contrapondo o IRPJ e a CSLL devidos e os valores antecipados ao longo do ano, identifica que houve retenção maior que o valor devido, configurando indébito passível de compensação, após o encerramento do ano-calendário.

O saldo credor de ICMS origina-se, principalmente, das aquisições de matéria-prima, insumos e energia elétrica utilizados na fabricação dos produtos e das aquisições de Ativo Imobilizado.

O saldo credor de IPI é decorrente das aquisições de matéria-prima e insumos utilizados no processo produtivo.

O saldo de INSS a Recuperar é decorrente das retenções na fonte efetuadas pela Eletronuclear nas prestações de serviços de engenharia.

Os créditos do PIS/PASEP e da COFINS são provenientes das aquisições de matéria-prima, insumos, consumo de energia elétrica, locação de imóveis, máquinas e equipamentos utilizados nas atividades da empresa, depreciação dos equipamentos ligados à produção e serviços utilizados na fabricação dos produtos/serviços conforme legislação vigente.

O saldo de Outros Impostos e Contribuições a Recuperar refere-se a valores que a Companhia está solicitando junto à Receita Federal do Brasil o ressarcimento, em espécie, dos créditos tributários, conforme quadro abaixo:

Outros Impostos e Contribuições a Recuperar:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ	3.266	3.470
IRRF	2.395	2.344
IPI	958	939
INSS	597	586
CSLL	481	10
Total	7.697	7.349

8. Outras contas a receber

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Recursos a Receber para Contingências - STN (a)	134.803	124.413
Depósitos Judiciais	17.083	15.904
GRU a Receber (b)	3.794	3.675
Recursos a Receber - Secretaria do Tesouro Nacional - STN (PDV) (c)	2.942	5.498
Investimentos Temporários - NTN "P"	2.233	2.107
Prêmios de Seguros a Apropriar	1.682	1.297
Adiantamentos a Funcionários	629	1.474
Notas de Débito (d)	230	262
Recursos a Receber para encargos sociais - STN (e)	-	4.122
Total	163.396	158.750

Parcela no ativo circulante 82.841 84.574

Parcela no ativo não circulante 80.555 74.176

(a) Recursos a receber para contingências - Secretaria do Tesouro Nacional (STN) referem-se aos valores incluídos no orçamento fiscal da União, destinados à liquidação de sentenças trabalhistas e cíveis, registrados de acordo com a expectativa de liquidação no circulante e no não circulante, com correspondente provisão como contingências no passivo, conforme nota explicativa nº 16.

(b) GRU a receber compreendem saldos contratuais/multas/glosas por parte dos prestadores de serviço junto à Companhia, para os quais foram emitidas Guias de Recolhimento da União (GRU) a favor da Companhia cobrando o montante devido.

(c) Recursos a receber – Secretaria do Tesouro Nacional - STN (PDV) referem-se aos valores destinados à realização do Programa de Desligamento Voluntário, registrados de acordo com a expectativa de liquidação no circulante, que oferece um incentivo indenizatório de 40% (quarenta por cento) do saldo para fins rescisórios dos FGTS, 06 (seis) remunerações (da data do desligamento) do empregado e um incentivo complementar que consiste no pagamento por até 36 meses a título de assistência à saúde de um valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) quando a soma entre o incentivo indenizatório e o incentivo complementar não ultrapassar o montante de R\$ 350 mil com correspondente provisão, conforme nota explicativa nº 14.

(d) O saldo de notas de débito compreende os ressarcimentos do pessoal cedido, empregados da Companhia, para exercício em outros órgãos ou Companhias da União, Estados e Municípios, incluindo a administração direta e indireta.

(e) Recursos a Receber para encargos sociais - Consiste na provisão para pagamentos de encargos sociais sobre a folha de salários do mês em curso, com vencimento no início do mês seguinte.

9. Investimentos

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Propriedades para Investimento	1.560	1.560
Total	1.560	1.560

Propriedades para Investimento - Em 17 de dezembro de 1975, o Governo publicou em favor das Empresas Nucleares Brasileiras S/A – NUCLEBRAS o Decreto 76.824/75 referente à desapropriação declarando de utilidade pública a gleba de cerca de 1.603.937,00 m² no Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, composta de 2.058 (dois mil e cinquenta e oito) lotes do 4º Loteamento Brisamar (Fazenda Arapucaia Guassú), pertencentes a diversos proprietários. No local foi implantada uma fábrica de componentes pesados de reatores e outras unidades industriais para atender ao Programa Nuclear Brasileiro. Em 1988, em decorrência do Decreto-Lei n.º 2.464, de 31 de agosto, a INB – Indústrias Nucleares do Brasil S/A sucedeu a Nuclebrás em todos os direitos e obrigações, inclusive em relação à transferência de propriedade do citado terreno.

Foi realizada a cessão de parte do terreno de sua propriedade com a Marinha do Brasil – CTMSP e INB de cessão de uso para a instalação de uma área de apoio ao Estaleiro e Base Naval de Itaguaí (EBN) e à Unidade de Fabricação de Estrutura Metálica (UFEM).

Desta forma os requisitos para classificação como propriedade para investimento de acordo com o CPC 28, a saber:

Propriedade para investimento é a propriedade, terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos; Mantida pelo proprietário ou pelo arrendatário como ativo de direito de uso; Para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas.

Foram atendidos e o reconhecimento como "propriedades para investimento" foi efetuada em conformidade com o item 16 do Pronunciamento Técnico CPC 28, sendo adotado para fins de mensuração o método de custo.